

O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI

Maurício Vasconcellos Leão Lyrio (CPGA / UFSC) - mauriciovll@gmail.com

Eloíse Helena Livramento Dellagnelo (UFSC) - eloise@cse.ufsc.br

Resumo:

O presente estudo se insere no campo da administração pública e objetiva discutir o perfil metodológico dos estudos sobre orçamento público realizados no Brasil na primeira década do séc. XXI. Para tanto, no que se refere à metodologia, foi realizado um levantamento na base de dados SCIELO Brasil, utilizando-se de uma abordagem quantitativa, se configurando, do ponto de vista de abordagem do problema, em um estudo de caráter descritivo. Dentre os resultados encontrados, ficou evidenciado que os estudos sobre o tema se dão, principalmente, no setor público de forma geral, não se atendo a setores específicos de atividade. percebeu-se nos artigos encontrados no levantamento, uma abordagem quantitativa, tendo a econometria como principal método de pesquisa.

Palavras-chave: Setor público. Orçamento. Métodos de Pesquisa.

Área temática: Metodologias de ensino e pesquisa em custos

O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI

Resumo

O presente estudo se insere no campo da administração pública e objetiva discutir o perfil metodológico dos estudos sobre orçamento público realizados no Brasil na primeira década do séc. XXI. Para tanto, no que se refere à metodologia, foi realizado um levantamento na base de dados SCIELO Brasil, utilizando-se de uma abordagem quantitativa, se configurando, do ponto de vista de abordagem do problema, em um estudo de caráter descritivo. Dentre os resultados encontrados, ficou evidenciado que os estudos sobre o tema se dão, principalmente, no setor público de forma geral, não se atendo a setores específicos de atividade. percebeu-se nos artigos encontrados no levantamento, uma abordagem quantitativa, tendo a econometria como principal método de pesquisa.

Palavras-chave: Setor público. Orçamento. Métodos de Pesquisa.

Área Temática: Metodologias de ensino e pesquisa em custos.

1 Introdução

O presente estudo se insere no campo da administração pública e busca um olhar sobre as práticas utilizadas pelos pesquisadores no desenvolvimento de estudos sobre orçamento público no Brasil. Nesse sentido, trata do tema a partir de um ponto de vista contextual e metodológico, ou seja, busca analisar os referenciais metodológicos utilizados pelos autores, bem como em que circunstâncias os estudos foram desenvolvidos. A pergunta que motivou a investigação surge a partir de uma inquietação sobre como a pesquisa em orçamento público vem se desenvolvendo no Brasil, busca-se entender “qual o perfil metodológico da produção científica sobre orçamento público desenvolvida no Brasil?”. O perfil metodológico é entendido, no âmbito desse estudo, como as abordagens e os métodos de pesquisa utilizados nas publicações científicas nacionais.

Dentre os sistemas de planejamento e controle adotados por organizações tanto privadas quanto públicas, o orçamento recebe significativa atenção na literatura. Além disso, estudos empíricos mostram que o orçamento é amplamente utilizado pelas organizações (LEITE et al., 2008; LIBBY; LINDSAY, 2010; OSTERGREN; STENSAKER, 2011; UYAR, 2009), o que vem a justificar o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Um olhar sobre como se desenvolve a pesquisa sobre orçamento público no Brasil se torna importante no sentido de conhecer o nível de desenvolvimento teórico e prático desse campo do conhecimento, bem como suas limitações e tendências. Além disso, o estudo se justifica pelo foco específico na questão da administração pública, que precisa atender aos anseios da sociedade, mais do que responder a grupos específicos envolvidos com outros tipos de organização. Uma boa gestão orçamentária se reflete em uma melhor distribuição de recursos em atividades importantes para o desenvolvimento do país e em uma atuação mais efetiva do Estado perante a sociedade.

Para os pesquisadores e estudantes da área, o estudo se torna útil no sentido de disponibilizar um conjunto de trabalhos sobre o tema, analisados a partir do ponto de vista metodológico. Uma vez sabedores das tendências das pesquisas na área, esses profissionais poderão

identificar quais os tipos de abordagem são mais aceitas pela comunidade científica, bem como entender o âmbito e o perfil de como essas pesquisas se desenvolvem, servindo de base para o desenvolvimento de novos trabalhos e o direcionamento de suas próprias pesquisas. Geralmente uma disciplina, ao atingir certo grau de maturidade, passa a refletir a respeito de suas próprias bases, com vistas a traçar sua trajetória e fazer projeções de futuras tendências, sendo esse também o objetivo do presente estudo.

Para responder à pergunta de pesquisa proposta, foram selecionados artigos publicados na base de dados Scientific Electronic Library Online – SCIELO Brasil, no período correspondente aos anos de 2001 a 2010, por meio de procedimento detalhado na seção referente à metodologia da pesquisa. Com relação aos artigos selecionados para o estudo, esses foram lidos a partir de uma perspectiva crítica, com vistas a identificar a esfera de governo em que foram desenvolvidos, bem como as abordagens e métodos utilizados pelos pesquisadores da área. Justifica-se o trabalho pela contribuição a ser dada no âmbito dos estudos em administração pública, que terá disponível um panorama de como a pesquisa sobre o tema orçamento público vem se desenvolvendo no decorrer da última década no Brasil.

No que tange à estruturação, após essa seção introdutória, a seção 2, dedicada à revisão da literatura, abordará a questão do orçamento tanto em nível geral quanto em nível específico (em se tratando de orçamento público), haja vista que esse é o tema do presente estudo. Em seguida, tratará das principais abordagens de pesquisa utilizadas no campo dos estudos ligados às organizações. A seção 3, dedicada à metodologia da pesquisa, abordará a caracterização da pesquisa e os procedimentos adotados para realização do estudo. A seção 4 será dedicada à apresentação dos resultados e, finalmente, a seção 5 tecerá conclusões a respeito do estudo, bem como tratará de suas limitações e sugestões para futuros estudos.

2 Revisão da literatura

A revisão de literatura visa, inicialmente, tecer algumas considerações sobre orçamento e orçamento público, tema do presente estudo. Em seguida, busca realizar uma breve discussão sobre os principais métodos utilizados em pesquisas no campo das ciências sociais aplicadas, mais especificamente no campo dos estudos ligados às organizações. Essa discussão serve de base para a análise dos resultados, tendo em vista que se busca realizar o tratamento dos dados utilizando esses métodos de pesquisa como critérios de análise.

2.1 Considerações sobre orçamento

A discussão e prática sobre orçamento remonta a longa data. Conforme Lunkes (2009) vestígios sobre práticas orçamentárias são até mesmo mais antigas que a origem do dinheiro. A palavra orçamento tem origem na Roma antiga, na França o termo era conhecido como bouge ou bougette, originado do latim bulga. No que tange às práticas contemporâneas de orçamento, essas estão ligadas ao desenvolvimento da Constituição inglesa de 1689. As práticas, políticas e procedimentos conhecidos atualmente se originaram no séc. XIX, tendo suas principais mudanças ocorridas na França, no decorrer do governo de Napoleão. Nessa época os franceses já possuíam procedimentos ligados a todas as etapas da elaboração orçamentária, em um esforço para obter controle sobre todas as despesas, inclusive as do exército. (LUNKES, 2009)

Segundo Lunkes (2009), na Inglaterra, no fim do séc. XIX, o governo implantou uma série de reformas que vieram a culminar em práticas sistemáticas com vistas a equilibrar as contas do governo. Seguindo esse mesmo caminho, os Estados Unidos, já no início do séc. XX, desenvolveram práticas para planejamento e administração financeira que vieram a ser

conhecidas como “movimento do orçamento público”, que consistia em um plano elaborado contendo todas as atividades do governo.

Percebe-se por esse breve histórico que a discussão sobre orçamento teve origem no setor público. No caso das empresas privadas, Zdanowicz (1983) salienta que Brown, gerente financeiro da Du Pont de Memours, utilizou o orçamento em 1919, sendo essa considerada a primeira utilização nesse setor. O Brasil passou a colocar em foco as discussões sobre orçamento a partir da década de 1940, mas somente a partir de 1970 as empresas passaram a adotá-lo em suas atividades (ZDANOWICZ, 1983)

O termo orçamento pode ser definido como um plano abrangente, considerando todas as fases das operações de um dado negócio, com foco em um período futuro definido. Lunkes (2009, p. 27) argumenta que o orçamento é “[...] um plano de ação futuro da administração para determinado período”, abrangendo tanto aspectos financeiros quanto aspectos não financeiros, e funcionando como direcionamento a ser seguido por uma organização em períodos vindouros.

Como uma atividade ligada ao planejamento, execução e controle das atividades de determinada organização, o orçamento apresenta uma série de vantagens, entre elas cita-se (LUNKES, 2009):

- exigência de definição prévia de objetivos, diretrizes, políticas e medidas de desempenho;
- indução da comunicação, integração e participação ao longo da organização;
- foco no futuro por parte dos colaboradores em detrimento dos problemas diários;
- formação de uma estrutura com atribuição de responsabilidades;
- promoção de uma visão sistêmica das operações;
- aumento da coordenação e controle das atividades organizacionais;
- definição de objetivos e metas específicas que podem se tornar padrões de desempenho a serem alcançados pela organização;
- podem servir de metas para estabelecimento de remuneração variável.

Por outro lado, a utilização de práticas orçamentárias também possui algumas desvantagens, como a inflexibilidade, o longo tempo destinado a sua elaboração, o condicionamento às forças de poder em uma organização, reações indesejadas, visão apenas financeira e desmotivação. Boisvert (1999) complementa essa questão chamando a atenção para questões como o uso excessivo de tendências históricas para estabelecimento de objetivos; a aplicação de percentuais de cortes gerais nos custos, sem análise prévia do contexto de cada área; a análise defasada no tempo, impossibilitando a correção imediata de anomalias; a excessiva associação dos custos na preparação do orçamento; bem como a incapacidade de adaptação a mudanças no ambiente da organização.

Esta seção buscou posicionar o leitor no que tange às origens das práticas orçamentárias, bem como seus conceitos, vantagens e desvantagens. Dando continuidade à discussão a respeito das considerações sobre orçamento, a próxima sub-seção tratará especificamente do tema no setor público, haja vista que esse é o contexto no qual o estudo irá se aprofundar.

2.2 Orçamento público

Conforme citado na sub-seção anterior, a discussão a respeito de orçamento teve sua origem no setor público, o artigo 12 da Carta Magna inglesa de 1217 é considerado como uma espécie de embrião do orçamento público (GIACOMONI, 2010). A aceitação dessa forma de controle nem sempre foi tranquila, mas pode-se dizer que “em todo o decorrer do séc. XIX, o orçamento público inglês foi sendo aperfeiçoado e valorizado como instrumento básico da política econômica e financeira do Estado” (GIACOMONI, 2010, p. 33). A importância da

discussão sobre orçamento na Inglaterra se dá principalmente pelo delineamento da natureza técnica e jurídica desse instrumento, bem como pela difusão dessas práticas para outros países, dentre eles a França e os Estados Unidos.

No caso do Brasil, as primeiras exigências no sentido de elaboração de orçamentos formais por parte das instituições imperiais se deu com a Constituição Imperial de 1824. Esse dispositivo teve dificuldades de ser implementado em seus primeiros anos, mas alguns autores consideram a Lei de 14 de Dezembro de 1827 como a primeira lei de orçamento no Brasil. A Constituição de 1824 distribuía as competências dos poderes imperiais, sendo que ao Executivo competia a elaboração da proposta orçamentária, à Assembleia Geral, composta pela Câmara dos Deputados e o Senado, cabia a aprovação da lei orçamentária e à Câmara dos Deputados cabia a iniciativa das leis sobre impostos (GIACOMONI, 2010).

Diversas atualizações e alterações em relação à legislação orçamentária no Brasil tiveram lugar com o advento das novas constituições. A Constituição de 1988 trouxe algumas novidades a respeito da questão orçamentária, ligadas à competência do legislativo em propor emendas ao projeto de Lei do Orçamento. Além disso, a partir dessa Constituição,

[...] surge a exigência de, anualmente, o Executivo encaminhar ao Legislativo projeto de lei das diretrizes orçamentárias com o objetivo de orientar a elaboração da lei orçamentária, dispondo sobre a política de fomento a ser observada pelas agências oficiais. (GIACOMONI, 2010, p. 45)

A partir da Constituição de 1988 foram instituídos 3 instrumentos orçamentários, a saber, a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). O PPA se constitui em uma síntese do planejamento de toda a administração pública, e serve de orientação para a elaboração dos demais planos e programas de governo de forma regionalizada, envolvendo as diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital, as despesas decorrentes das despesas de capital e os programas de duração continuada. A LDO, por sua vez, compreende as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente, bem como orienta a elaboração da LOA, que envolve 3 orçamentos, o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas.

Além dessas supracitadas, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ampliou a importância da LDO, atribuindo-lhe, além das prerrogativas anteriores, a incumbência de disciplinar temas específicos ligados ao equilíbrio entre receitas e despesas públicas, metas e riscos fiscais, programação financeira e cronograma de execução mensal, critérios e forma de limitação de empenho, normas de controle de custos e avaliação de resultados, exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas, forma de utilização e montante de reserva de contingência, demonstrações trimestrais apresentadas ao Banco Central sobre o impacto e o custo fiscal das operações, bem como da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de despesa.

Atualmente essa é a configuração da estrutura para planejamento orçamentário no Brasil. A discussão aqui apresentada, não se propõe a ser exaustiva, mas, por outro lado, busca estabelecer o pano de fundo no qual o presente estudo se desenvolve, ou seja, apresenta o contexto da discussão. A próxima sub-seção, destinada aos principais métodos de pesquisa, buscará apresentar esses métodos com vistas a orientar o leitor no entendimento da classificação utilizada para analisar os artigos selecionados para o estudo.

2.3 Principais métodos de pesquisa

No campo das ciências sociais aplicadas, mais especificamente no campo dos estudos ligados às organizações, existem diversas abordagens e metodologias utilizadas em pesquisas, que são alicerçadas em diferentes paradigmas. Nesse sentido, Ramos (1989), argumenta que a disciplina organizacional não teve o cuidado ou a capacidade de realizar uma análise crítica

de seus alicerces teóricos, e acabou por condenar-se à periferia das ciências sociais. Para o autor, um campo disciplinar terá dificuldades em atingir um grau de sofisticação adequado ao ensino em grau superior se não for capaz de se desenvolver a partir de um caráter crítico (RAMOS, 1989). Com vistas a contribuir para esse desenvolvimento, o presente estudo buscará apresentar alguns dos principais métodos de pesquisa utilizados nesse campo do conhecimento, para, em seguida, utilizar essas informações na análise de um repertório de estudos ligados a orçamento público. A seguir serão discutidos brevemente alguns desses métodos, com vistas a orientar o leitor no entendimento da análise que será realizada.

Pode-se dizer que existem duas grandes abordagens de pesquisa no campo dos estudos ligados às organizações, a saber, a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa, sendo os métodos de pesquisa na área aderentes a essas abordagens. Existem ainda pesquisas que adotam simultaneamente essas duas abordagens, nesse caso são denominadas pesquisas quali-quantitativas.

2.3.1 Abordagem qualitativa

No caso das pesquisas qualitativas, existem diversas formas de abordar esse tipo de pesquisa, cada uma delas com suas próprias regras e exigências. Apesar disso existem algumas características-chave presentes em estudos qualitativos, dentre essas características, destaca-se uma postura de busca pela compreensão de significados de contextos e foco nas experiências vividas, tendo no pesquisador o principal instrumento de coleta e análise de dados (GODOY, 2005). Para Godoy (2005), por meio de um processo indutivo, o pesquisador busca organizar os dados e construir conceitos ou teorias, ao invés de testar hipóteses por meio de um processo dedutivo. Dessa forma, a análise dos dados leva a padrões recorrentes, temas ou categorias, posteriormente tratados por meio de relatos descritivos, ricos em detalhes, a respeito do que o pesquisador aprendeu com o fenômeno analisado. Para Merriam (2002), os estudos qualitativos buscam a compreensão de um determinado fenômeno ou as perspectivas e visões de mundo das pessoas nele envolvidas, não sendo necessariamente guiados pelos pressupostos epistemológicos das pesquisas positivistas. Contrariamente aos estudos de natureza quantitativa, Lincoln e Guba (2000) sugerem o uso de termos como credibilidade, transferibilidade, confiança e confirmabilidade como forma de aceitação dos resultados alcançados pelos pesquisadores. De forma geral, a pesquisa qualitativa busca um maior entendimento de contextos específicos, com um mergulho mais profundo em determinada situação e sem a noção de isenção de juízo de valor por parte do pesquisador.

Dentre os métodos de pesquisa qualitativa, o estudo de caso pode ser considerado como a forma mais comum desse tipo de pesquisa, se configurando não como uma escolha metodológica propriamente dita, mas como uma escolha do que vai ser estudado (STAKE, 2000). Esse tipo de pesquisa é centrado em um evento ou situação particular, e é realizada uma descrição densa desse evento, visando novos desenvolvimentos teóricos. Alves-Mazzotti (2006), argumenta que o caso deve ser *completo* e considerar perspectivas e hipóteses alternativas. Além disso as evidências encontradas em um caso devem ser “poderosas” para sustentar as conclusões dos estudos, não sendo possível realizar generalizações do tipo estatístico nesse tipo de pesquisa (STAKE, 2000).

Outra forma de pesquisa qualitativa bastante difundida é denominada etnografia, que pode ser entendido como *o estudo descritivo de um povo*. Esse tipo de pesquisa teve origem nas experiências de Malinowski, publicadas em seu livro “Os argonautas do pacífico ocidental”. Nos primeiros estudos etnográficos existia uma conotação de primitivo a esses povos estudados, a partir de uma perspectiva do colonizador sobre o colonizado. Ao contrário do estudo de caso, que não pressupõe a participação do pesquisador na pesquisa, os estudos etnográficos remetem à cultura e comportamento de um determinado objeto de pesquisa, envolvendo o estudo da forma de pensar e agir de um dado grupo, de dentro desse grupo –

convivendo e vivendo no campo – e visando analisar seu contexto e suas rotinas, se constituindo em um método indutivista (SCHWARTZMAN, 1993; TEDLOCK, 2000).

A *Grounded Theory*, também conhecida como Teoria Fundamentada em Dados, é um método de pesquisa desenvolvido na área da sociologia, no decorrer da década de 1960, se constituindo em uma alternativa à tradição hipotético-dedutiva das pesquisas em sociologia da época (BANDEIRA-DE-MELO; CUNHA, 2006). Seu objetivo é gerar explicações sobre ações de indivíduos em contextos limitados, a partir da análise de sua realidade. Dada sua característica de fundamentação da teoria em dados, obriga o pesquisador a estar no campo, buscando compreender a realidade de indivíduos e buscando nessa realidade a fundamentação para geração de teorias substantivas, específicas para o contexto, o que a difere da teoria formal. Para os pesquisadores que se utilizam desse método, o resultado da aplicação de suas técnicas faz com que a teoria emergja dos dados, devendo ser coerente com a realidade substantiva especificada para o estudo (BANDEIRA-DE-MELO; CUNHA, 2004).

Também utilizada nos estudos qualitativos, a análise crítica do discurso se constitui em um método de pesquisa que envolve a busca por entendimento a respeito das relações de poder estabelecidas em dado contexto, nesse sentido, entende a linguagem como prática social. ACD busca identificar evidências textuais que venham a trazer à tona essas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2003). Para Halliday (1994), a base da ACD é a gramática sistêmico funcional, com foco na metafunção da linguagem, o que a leva a se constituir em um método baseado em um paradigma objetivista, de mudança radical, com foco no efeito ideológico do discurso.

Santos (1988), busca caracterizar a ordem científica hegemônica existente no paradigma dominante em estudos organizacionais, analisando os sinais da crise dessa hegemonia e especulando sobre o perfil de uma nova ordem emergente. A partir desses estudos, o autor (SANTOS, 2002), desenvolve a teoria da sociologia das ausências e sociologia das emergências, método que consiste proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes, de modo a identificar tendências de futuro sobre as quais é possível atuar. Mais do que um método, a sociologia das ausências e das emergências se constitui em uma crítica à razão hegemônica atual e se propõe a maximizar as possibilidades de esperanças futuras em relação à nossa sociedade.

Finalmente, em um esforço para o desenvolvimento de uma “ciência nacional”, Ramos (1996) propõe o método da redução sociológica, que se constitui em uma “[...] atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social” (RAMOS, 1996, p. 71). A redução sociológica, enquanto método, se destina a habilitar o pesquisador a praticar a transposição de conhecimentos e experiências originados em determinada perspectiva para outra (BERGUE, 2011).

2.3.2 Abordagem quantitativa

Ao contrário das pesquisas com uma abordagem qualitativa, que tende a ser associada a uma observação participante, não estruturada e com entrevistas em profundidade, as pesquisas que se utilizam de uma abordagem quantitativa tipicamente adotam pesquisas do tipo survey e investigações experimentais (BRYMAN, 1988a). Geralmente esse tipo de pesquisa se atém a identificar relações entre variáveis, utilizando-se de instrumentos de coleta de dados homogêneos, métodos estatísticos para análise dos resultados verificando relações de causa-efeito, e busca reforçar ou refutar determinada teoria por meio da comparação dos resultados alcançados com os pressupostos da teoria que o embasa. Para Bryman (1988a), uma vez que os dados quantitativos podem ser analisados estatisticamente, é possível examinar problemas complexos do ponto de vista teórico, se tornando uma ferramenta mais poderosa do que a análise verbal dos dados qualitativos. O autor argumenta que esse tipo de pesquisa é frequentemente retratada como uma prática rotineira por meio da qual as teorias e

conceitos vão sendo operacionalizados com vistas a verificar sua validade científica (BRYMAN, 1988b).

A tradição das pesquisas com abordagem quantitativa parte do pressuposto de uma relação de distanciamento entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, se valendo de uma ideia de isenção de juízo de valor por parte do pesquisador, haja vista que para esses pesquisadores os dados existem a despeito de quem o analisa, se constituindo em uma “verdade” a ser descoberta. Geralmente esse tipo de pesquisa adota uma abordagem estruturada para o estudo da sociedade, sendo essa tendência um produto dos métodos a ela associados, nesse sentido requer que as variáveis de análise sejam mapeadas e introduzidas no instrumento de coleta de dados selecionado (BRYMAN, 1988b). Esse tipo de abordagem de pesquisa tem como condições a capacidade de realizar generalizações a partir dos estudos e exige a possibilidade de replicabilidade dos dados encontrados, essas características das pesquisas quantitativas acabam por se constituir em preocupações por parte de alguns pesquisadores sobre sua aplicabilidade no contexto das ciências sociais. Por outro lado,

The data emanating from quantitative studies are often depicted as hard, rigorous and reliable. These adjectives suggest that such data exhibit considerable precision, have been collected by systematic procedures and may be readily checked by another investigator. (BRYMAN, 1988b, p. 103)

A pesquisa quantitativa é associada a diferentes métodos para coleta de dados, em particular na área da sociologia e dos estudos ligados às organizações, as pesquisas do tipo *survey* se constituem no principal método e coleta existente. Sua capacidade de gerar dados quantificáveis em larga escala, que podem representar uma população ainda mais ampla afim de testar ou refutar hipóteses de pesquisa se torna uma de suas potencialidades, e para muitos profissionais, essa característica encerra em si mesma grande parte dos ingredientes que vem a validá-la cientificamente. A maioria das pesquisas do tipo *survey* são baseados em um desenho de pesquisa correlacional, na qual os dados são cruzados para verificar a existência de relações entre os mesmos. (BRYMAN, 1988a)

Também comumente utilizado em pesquisas quantitativas, o método experimental se constitui no principal método para coleta de dados em pesquisas ligadas à psicologia social. Bryman (1988a) explica que nesse tipo de experimento existem pelo menos dois grupos alocados de maneira aleatória: um grupo controle e um grupo experimental. A lógica desse tipo de desenho de pesquisa é expor o grupo experimental a estímulos, buscando identificar as diferenças entre os comportamentos do grupo controle, ou seja, esse tipo de pesquisa exige, necessariamente, a existência de um grupo controle que serve de balizamento para a análise a ser realizada.

A econometria se constitui em um método adotado por pesquisadores que utilizam a abordagem quantitativa e se baseiam em análises estatísticas para testar teorias e estabelecer relacionamentos econômicos, muitas vezes utilizados na implementação de políticas governamentais e administrativas (WOOLDRIDGE, 2004). Econometria não deve ser confundida com teoria econômica, tampouco com matemática ou estatística pura, para Tintner (1953) o conceito de econometria envolve as investigações que se utilizam da matemática, da economia e da estatística de forma conjunta. No que tange à sua estrutura de dados, Wooldridge (2004) salienta que podem ser utilizados cortes transversais – em um mesmo período, cortes temporais – em ordem cronológica, um amálgama entre essas duas formas – transversal e temporal, ou em forma de painel – sendo nesse caso uma série temporal para cada unidade transversal, buscando testar teorias e fatos passados e prever resultados futuros.

Após a finalização da seção referente à revisão da literatura sobre o tema, passa-se à apresentação da metodologia da pesquisa, que visa demonstrar como foi operacionalizado presente estudo.

3 Metodologia da pesquisa

O presente trabalho, em relação ao seu enquadramento metodológico, possui um caráter descritivo, pois tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999, p. 44). No caso, a população é entendida como os artigos oriundos do levantamento realizado para condução da pesquisa, o fenômeno pesquisado é a forma de condução das pesquisas sobre orçamento público no âmbito dos artigos analisados e as relações são estabelecidas com base nas metodologias utilizadas pelos pesquisadores da área.

Quanto à abordagem do problema, adota uma abordagem quantitativa, no momento em que se utiliza de análises estatísticas para “[...] garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências” (RICHARDSON, 1999, p. 70). Os dados foram levantados pelos autores e tratados em planilhas Excel®. Existiu preocupação em descrever a forma de levantamento desses dados, com vistas a permitir sua replicabilidade e análise temporal, o que se configura como uma das preocupações em relação a pesquisas quantitativas, conforme descrito por Bryman (1988). Finalmente, quanto aos procedimentos técnicos, constitui-se em um trabalho documental (GIL, 2007; RICHARDSON, 1999), nesse caso materializado nos artigos selecionados para o estudo.

Quanto aos procedimentos utilizados, foi realizado um mapeamento na base de dados SCIELO Brasil – www.scielo.br, abrangendo o período correspondente aos anos de 2001 a 2010. Optou-se por restringir a pesquisa à base supracitada pois buscava-se uma análise específica a respeito do contexto brasileiro, sendo a base selecionada uma das referências importantes e frequentemente utilizadas pelos pesquisadores no país. O horizonte temporal selecionado buscou realizar um recorte referente à primeira década do séc. XXI, com vistas a traçar o perfil da pesquisa sobre o tema em um período contemporâneo.

Para a seleção dos artigos que fizeram parte da amostra, buscou-se realizar um levantamento estruturado e não intencional, realizado em 4 etapas. Inicialmente foi preciso definir uma palavra-chave para identificação da população da pesquisa. Foi utilizada a palavra-chave – orçamento – sendo essa palavra lançada no campo “todos os índices” da ferramenta de pesquisa da base de dados. Essa primeira etapa do levantamento retornou 134 artigos, não necessariamente focados no tema da pesquisa. Dada essa constatação, foi realizado um primeiro refinamento desses dados. Nesse caso, foi utilizada uma segunda palavra-chave – público – e lançada no campo referente ao refinamento das referências encontradas na etapa 1. Após esse primeiro refinamento restaram 26 artigos que trataram do tema especificamente no contexto do setor público.

A partir desse momento o refinamento da amostra se deu de forma manual. Na etapa 3, buscou-se excluir os artigos que não se encontravam dentro do período de análise selecionado, o que resultou em 22 artigos entre os anos de 2001 e 2010. Finalmente, na etapa 4, foi realizada uma leitura dos resumos dos artigos retornados na etapa anterior. Após essa leitura, foram excluídos 8 artigos que não se encaixavam no contexto da pesquisa e um artigo por se tratar de resenha a respeito de uma obra sobre orçamento público e transição de poder, que não se constituía em um relato de pesquisa.

Após a finalização da 4ª etapa restaram **13 artigos**, que se constituíram na amostra da pesquisa e foram então lidos na íntegra com vistas a enquadrá-los nos critérios de análise utilizados no estudo, conforme descrito a seguir:

- a) **Setor:** diz respeito ao setor de atividade no qual a organização atua;
- b) **Esfera:** diz respeito à esfera de governo na qual a organização está inserida – municipal, estadual ou federal – envolvendo tanto as organizações da administração direta autárquica e fundacional quanto organizações de economia mista;

- c) **Abordagem:** diz respeito à abordagem utilizada no desenvolvimento dos estudos, a saber, abordagem qualitativa, abordagem quantitativa e abordagem quali-quantitativa;
- d) **Método:** diz respeito aos métodos de pesquisa utilizado na condução dos estudos – de acordo com a sub-seção 2.3.

Após a apresentação dos parâmetros utilizados na pesquisa, passa-se, a seguir, à apresentação e discussão dos resultados.

4 Apresentação e análise dos resultados

Considerando o tema tratado no presente estudo, o levantamento realizado junto à base SCIELO – Brasil possibilitou resgatar uma série de trabalhos, que a seguir são analisado de acordo com os critérios propostos na seção destinada à metodologia da pesquisa.

Inicialmente. A Figura 1 apresenta a distribuição percentual pelos **setores de atividade** sobre os quais os artigos foram desenvolvidos.

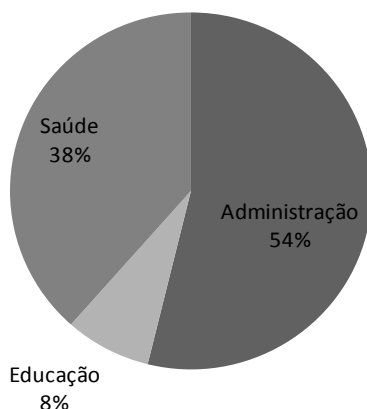


Figura 1: setores de atividade
Fonte: dados da pesquisa

Os dados da pesquisa evidenciaram que a maior parte dos trabalhos (54%) trata do tema sob uma perspectiva de administração pública de forma geral e não especificamente em um setor de atividade. Dentro dessa perspectiva e no que tange à etapa de planejamento orçamentário, foram identificados 4 trabalhos que trataram de experiências em orçamento participativo (FARIA, 2006; MISOCZKY, 2002; NEVES, 2007; SILVA; CARVALHO, 2006).

Os demais trabalhos ligados à administração pública discutiram a questão da execução orçamentária. Nesse sentido, Protássio *et al.* (2004), abordaram as distorções associadas à prática comum de contingenciamento do orçamento público federal e sugeriram mecanismo alternativo de aplicação temporária visando reduzir tais distorções; Sakurai (2005) procurou evidências de ciclos orçamentários racionais em municípios paulistas, evidenciando que houve impulsos positivos nas despesas orçamentárias em anos eleitorais e que não houve evidências de racionalidade dos eleitores, conforme previsto na teoria dos ciclos eleitorais racionais. Sakurai e Gremaud (2007) analisaram o comportamento fiscal dos municípios paulistas perante os fatores calendário eleitoral e partidos políticos dos prefeitos municipais entre os anos de 1989 e 2001, utilizando componentes específicos do orçamento público.

Os trabalhos que abordaram o setor da saúde trataram da questão do gasto público com saúde. Nesse sentido, Achutti e Azambuja (2004) argumentam que os programas de prevenção e promoção da saúde deveriam conter estudos relacionados às suas consequências de longo prazo, sendo que a avaliação dessas repercussões deveriam levar em conta a estrutura demográfica e o padrão de morbidade da população. Os autores (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004) evidenciaram também que existe uma necessidade de uma maior

integração entre o SUS e a previdência e assistências social. Carvalho *et al.* (2008) analisaram os gastos públicos com saúde no estado do Paraná, sugerindo uma possível relação entre a elevação desses gastos e a instituição da Emenda Constitucional 29. Rodrigues *et al.* (2009) estimaram a parcela do orçamento público de saúde destinado ao tratamento das vítimas de violência, argumentando que o tratamento de vítimas de causas externas, de agressões e de acidentes de transporte teria custado ao setor público em serviços de atendimento ambulatorial, urgência e emergência, cerca de 4 vezes mais que os custos de internação, sendo que esses valores não são destacados no DATASUS. A discussão sobre a sustentabilidade dos gastos públicos com saúde em nível municipal – por meio dos balanços municipais de 21 municípios no Estado do Mato Grosso – foi realizada por Scatena *et al.* (2009). Os autores (SCATENA *et al.*, 2009) evidenciaram que as despesas correntes per capita subiram 280% acima da inflação acumulada e do PIB nacional, ao passo que o orçamento com base na EC-29 elevou-se bem menos, impondo limitações ao incremento da contrapartida municipal em saúde. O trabalho de Teixeira e Teixeira (2003) apresentou as características dos Sistemas de Informações Sobre Orçamentos Públicos de Saúde - SIOPS - e exemplificou algumas de suas potencialidades como instrumento de apoio à gestão.

O único artigo que tratou do tema no setor da educação (DAVIES, 2010) Analisou os procedimentos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí para verificação das receitas e despesas vinculadas à educação. Foi percebida pouca clareza e firmeza por parte do TCE do Piauí em relação às suas resoluções, o que acarretou na possibilidade de descumprimento do percentual mínimo estabelecido de repasse à educação, sendo que a análise dos documentos levou a crer que o TCE aceitou e aceita tal descumprimento.

Em se tratando das **esferas de Governo** no qual os artigos foram desenvolvidos, percebeu-se uma predominância de trabalhos desenvolvidos em nível Federal com uma incidência de 39%, em seguida vieram os trabalhos em nível Municipal, com participação semelhante (38%) e em último lugar aparecem os trabalhos que tratam do tema em nível Estadual. Em nível Federal houve uma predominância de artigos que trataram do tema da saúde pública (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004; RODRIGUES *et al.*, 2009; TEIXEIRA, H. V.; TEIXEIRA, M. G., 2003), em nível Estadual houve uma distribuição igualitária entre os setores, sendo que nesse nível de governo se destaca o único artigo que trata do setor da educação (DAVIES, 2010). Já em nível Municipal o destaque vai para os trabalhos que trataram do tema no setor da administração pública (MISOCZKY, 2002; NEVES, 2007; SAKURAI; GREMAUD, 2007; SAKURAI, 2005). A Figura 2 apresenta a distribuição percentual dos artigos conforme a esfera de Governo a qual se remetem.

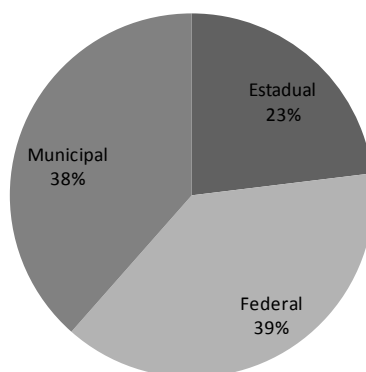


Figura 2: esferas de governo
Fonte: dados da pesquisa

Adentrando aos aspectos metodológicos dos artigos analisados, inicialmente busca-se identificar as **abordagens de pesquisa** utilizadas pelos autores dos trabalhos – qualitativa ou

quantitativa. Percebeu-se, conforme apresentado na Figura 3, que houve uma predominância de pesquisas com abordagem quantitativa em detrimento das pesquisas qualitativas.

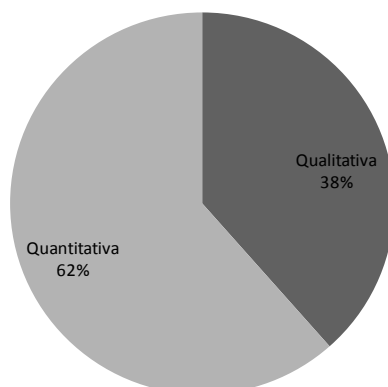


Figura 3: Abordagens de pesquisa
Fonte: dados da pesquisa

No caso das pesquisas quantitativas, foram identificados 8 trabalhos, sendo que desses, houve predominância de estudos econométricos (CARVALHO, M. DE *et al.*, 2008; PROTÁSIO *et al.*, 2004; RODRIGUES *et al.*, 2009; SAKURAI; GREMAUD, 2007; SAKURAI, 2005). As pesquisas do tipo *survey* em segundo lugar, com 3 artigos analisados (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004; SCATENA *et al.*, 2009; TEIXEIRA, H. V.; TEIXEIRA, M. G., 2003). Não houve incidência de artigos que adotam o método de pesquisa experimental. No que tange às pesquisas qualitativas, houve predominância de estudos de caso – 2 artigos (MISOCZKY, 2002; NEVES, 2007). Um artigo adotou o método da análise crítica do discurso (DAVIES, 2010) e um artigo se constituiu em pesquisa etnográfica (FARIA, 2006). Finalmente, um dos artigos que retornou da parametrização da pesquisa se constituiu em estudo teórico sobre orçamento participativo (SILVA; CARVALHO, 2006).

A Figura 4 apresenta a distribuição dos artigos selecionados de acordo com os **métodos de pesquisa** adotados pelos autores.

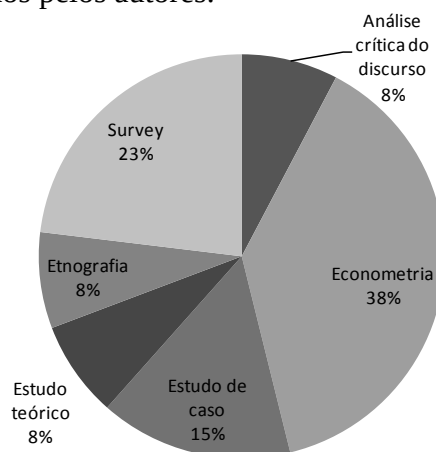


Figura 4: Métodos de pesquisa
Fonte: dados da pesquisa

A econometria surge como o principal método de pesquisa adotado pelos autores que abordaram o tema. Carvalho *et al.* (2008), utilizaram o método para verificar a tendência dos gastos em saúde pública no estado do Paraná; Protásio *et al.* (2004) buscaram evidenciar distorções em relação à prática de contingenciamento do orçamento público em nível Federal, nesse caso, houve a proposição de um modelo para aplicação temporária dos recursos

públicos com vistas a reduzir tais distorções; Rodrigues *et al.* (2009); finalmente, a busca por tendências nas despesas orçamentárias municipais em anos eleitorais foi tratada nos demais artigos que adotaram esse método, por meio da econometria de dados em painel (SAKURAI; GREMAUD, 2007; SAKURAI, 2005).

Após a econometria, as pesquisas do tipo *survey* surgiram como método adotado em 3 artigos selecionados para o estudo. Inicialmente, Achutti e Azambuja (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004) traçaram um esboço a respeito das ações do poder público e da sociedade sobre os direitos à previdência social, à assistência social e à saúde, discutindo a necessidade da reformulação do orçamento do país, visando um melhor equilíbrio financeiro; Scatena *et al.* (SCATENA *et al.*, 2009) discutiram a sustentabilidade os gastos públicos por meio de estudo desenvolvido junto à 21 municípios do Estado do Mato Grosso, analisando as despesas correntes per capita de cada um desses municípios; finalmente, Teixeira e Teixeira (2003) trataram das características do SIOPS como instrumento de apoio à gestão.

Os estudos de caso foram utilizados como método de pesquisa em 2 artigos. Mizocsky (2002) explorou práticas inovadoras, reconhecidas por expandir a participação popular e os direitos sociais por meio de dois casos, a saber, o Programa de Saúde Mental de Belo Horizonte e o Orçamento Participativo de Porto Alegre, visando compreender até que ponto o desenvolvimento de políticas inclusivas e a relação de cidadania ativa e governo local estão criando uma formação político-organizacional nesse nível de governo; por sua vez, Neves (2007) analisou os desafios dos espaços públicos na cultura política brasileira, apresentando caso sobre orçamento participativo no município de Barra Mansa - RJ.

Nos demais artigos, Davies (2010) utilizou a análise crítica do discurso para tratar os pareceres do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, buscando identificar como são os pareceres desse TCE em relação às receitas e despesas vinculadas à educação; a Etnografia foi utilizada por Faria (2006) para analisar o impacto da implantação de um conjunto de fóruns participativos na relação entre os poderes executivo e legislativo e no aprimoramento dos mecanismos de controle público no Estado do Rio Grande do Sul; foi encontrado um artigo teórico (SILVA; CARVALHO, 2006) que buscou avançar na identificação dos elementos que deverão ser objeto de avaliação de resultados de experiências em orçamento participativo e na dificuldade para obter respostas consistentes a esses questionamentos. O quadro proposto parte dos atributos considerados fundamentais pelos formuladores do OP e os analisou sob um enfoque marxista sobre estado e democracia, na análise institucional e nas teses de Amartya Sen.

5 Considerações finais

Este trabalho se insere no campo da administração pública, abordando especificamente estudos relacionados a orçamento público. Nesse sentido, tratou o tema a partir de um ponto de vista contextual e metodológico. Contextual pois buscou analisar a esferas de governo, bem como os setores de atividade nos quais os estudos sobre orçamento público se desenvolveram no Brasil na primeira década do séc. XXI; e metodológico, pois buscou analisar os métodos de pesquisa utilizados pelos autores que se debruçaram sobre o tema nesse período. Com o estudo, buscou-se identificar “*qual o perfil metodológico da produção científica sobre orçamento público desenvolvida no Brasil?*”, sendo essa a pergunta de pesquisa que motivou o estudo e agora é devidamente respondida.

Inicialmente, com relação aos setores de atividade, ficou evidenciado que as pesquisas sobre o tema recaem principalmente sobre a administração pública de forma geral, respondendo por 54% dos estudos analisados. No que tange à setores específicos de atividade, houve um direcionamento a estudos ligados ao setor da saúde pública, com 38% de incidência de artigos e 1 artigo que abordou o tema sob a perspectiva da educação pública (8%). Não

foram encontrados artigos ligados a outros setores de atividade da administração pública, o que se configura como uma lacuna a ser preenchida.

Com relação à esfera de governo, percebeu-se uma tendência dos estudos em analisar o tema em nível Federal ou Municipal – com incidência de 39% e 38%, respectivamente – o Estadual foi o nível no qual houve a menor incidência de artigos (3 artigos), o que pode, também, sugerir uma lacuna de pesquisa a ser preenchida com novos estudos sobre o tema. No que tange à abordagem, a pesquisa quantitativa surge como principal abordagem utilizada pelos pesquisadores, respondendo 62% dos artigos analisados. Nesse caso, houve predominância de estudos econométricos. No caso da pesquisa qualitativa (38% de incidência), percebeu-se uma tendência em utilizar os estudos de caso como método de pesquisa.

Finalmente, com relação aos métodos de pesquisa encontrados nos estudos, a econometria surge como principal método, respondendo por 38% dos artigos analisados, em seguida vieram pesquisas do tipo *survey*, com 23% de incidência. No caso da utilização da abordagem qualitativa, os estudos de caso aparecem em 1º lugar, respondendo por 15% dos artigos analisados, foi encontrado um estudo utilizando abordagem etnográfica, um estudo utilizando a análise crítica do discurso e um dos estudos foi de cunho teórico.

Com os resultados encontrados, fica evidente que os estudos ligados a orçamento público, pelo menos no que tange ao recorte aqui realizado, possuem viés quantitativo com utilização de análises estatísticas para verificação de tendências. Essa tendência talvez esteja ligada ao paradigma positivista/funcionalista adotado pelos estudos sobre orçamento, que tem nos dados empíricos sua principal fonte de informação e possuem uma concepção teleológica de organização.

Como limitação ao estudo, a pesquisa foi realizada exclusivamente em uma base de dados (SCIELO Brasil), e em nível nacional. Essa limitação pode ser entendida como uma sugestão para futuros estudos, que podem se valer dos mesmos procedimentos metodológicos aqui adotados e buscar expandir a abrangência da pesquisa para outras bases de dados, bem como para o nível internacional, com vistas a verificar se o perfil metodológico se mantém com o aumento da amostra e realizar comparações entre o cenário nacional e o internacional.

Referências

ACHUTTI, A.; AZAMBUJA, M. I. R. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: repercussões do modelo de atenção à saúde sobre a seguridade social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 833-840, dez 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

BANDEIRA-DE-MELO, R.; CUNHA, C. J. C. DE A. Administrando o risco: uma teoria substantiva da adaptação estratégica de pequenas empresas a ambientes turbulentos e com forte influência governamental. **Revista de Administração Contemporânea**, v. Edição esp, p. 157-179, 2004.

BANDEIRA-DE-MELO, R.; CUNHA, J. C. DE A. Grounded theory. In: GODOY, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. DA (Eds.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. .

BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul: Educs, 2011. p. 701

BOISVERT, H. **La comptabilité de management: price de décision et gestion**. 2. ed. Québec: ERPI Éditions Du Renouveau, 1999.

- BRYMAN, A. The nature of quantitative research. In: BRYMAN, A. (Ed.). **Quantity and quality in social research**. London: Unwin Hyman, 1988a. .
- BRYMAN, A. The debate about quantitative and qualitative research. In: BRYMAN, A. (Ed.). **Quantity and quality in social research**. London: Unwin Hyman, 1988b. .
- CARVALHO, M. DE; PAULUS JÚNIOR, A.; CORDONI JR, L. Financiamento público da saúde pelo governo do Estado do Paraná, Brasil, 1991-2006. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2532-2540, nov 2008.
- DAVIES, N. Os procedimentos adotados pelo tribunal de contas do Piauí para a verificação das receitas e despesas vinculadas à educação. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 110, p. 93-111, mar 2010.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FARIA, C. F. Fóruns participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul: a experiência do governo Olívio Dutra (1999-2002). **Opinião Pública**, v. 12, n. 2, p. 378-406, nov 2006.
- GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 369
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista eletrônica de gestão organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2005.
- HALLIDAY, M. A. C. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 1994.
- LEITE, R. M.; CHEROBIM, A. P. M. S.; SILVA, H. DE F. N.; BUFREM, L. S. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 47, p. 56-72, ago 2008.
- LIBBY, T.; LINDSAY, R. M. Beyond budgeting or budgeting reconsidered? a survey of North-American budgeting practice. **Management accounting review**, v. 2, n. 1, p. 56-75, 2010.
- LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. .
- LUNKES, R. J. **Manual de orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 176
- MERRIAN, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.
- MISOCZKY, M. C. A. Mudanças na administração municipal: possibilidades de uma formação político-organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 99-121, ago 2002.
- NEVES, A. V. Espaços públicos, participação e clientelismo: um estudo de caso sobre o orçamento participativo em Barra Mansa, Rio de Janeiro. **Revista Katálisis**, v. 10, n. 2, p. 215-221, dez 2007.
- OSTERGREN, K.; STENSAKER, I. Management control without budgets: a field study of “beyond budgeting” in practice. **European accounting review**, v. 20, n. 1, p. 149-181, 2011.

PROTÁSIO, C. G.; BUGARIN, M. S.; BUGARIN, M. S. S. À espera da reforma orçamentária: um mecanismo temporário para redução de gastos públicos. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 5-41, 2004.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 210

RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 276

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, R. I.; CERQUEIRA, D. R. DE C.; LOBÃO, W. J. DE A.; CARVALHO, A. X. Y. DE. Os custos da violência para o sistema público de saúde no Brasil: informações disponíveis e possibilidades de estimação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 1, p. 29-36, jan 2009.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 2, p. 297-315, jun 2005.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 - 2001). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 27-54, mar 2007.

SANTOS, B. DE S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

SANTOS, B. DE S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SCATENA, J. H. G.; VIANA, A. L. D'ÁVILA; TANAKA, O. Y. Sustentabilidade financeira e econômica do gasto público em saúde no nível municipal: reflexões a partir de dados de municípios mato-grossenses. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 11, p. 2433-2445, nov 2009.

SCHWARTZMAN, H. B. Ethnography in organizations. **Qualitative research methods**, v. 27, p. 47-73, 1993.

SILVA, G. P. DA; CARVALHO, C. E. Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo. **Nova Economia**, v. 16, n. 3, p. 423-451, dez 2006.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. .

TEDLOCK, B. Ethnography and ethnographic representation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. .

TEIXEIRA, H. V.; TEIXEIRA, M. G. Financiamento da saúde pública no Brasil: a experiência do Siops. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 379-391, 2003.

TINTNER, G. The definition of econometrics: **Journal of the econometric society**, p. 31-40, 1953.

UYAR, A. An evaluation of budgeting approaches: traditional budgenting, better budgeting and beyond budgeting. **Journal of academic studies**, v. 11, n. 42, p. 113-130, 2009.

WOOLDRIDGE, J. **Introductory econometrics: a modern approach**. Cincinnati: South-Western Pub, 2004.

ZDANOWICZ, J. E. **Orçamento operacional**. Porto Alegre: Sagra, 1983.